

## PLANEJAMENTO DOCENTE: interfaces com o Planejamento Educacional Individualizado

### TEACHING PLANNING: interfaces with Individualized Educational Planning

Marjorie Ambo Koto<sup>1</sup> - IFSP  
Carla Ariela Rios Vilaronga<sup>2</sup> - IFSP  
Jéssica Rodrigues Santos<sup>3</sup> - IFSP

#### RESUMO

A Política de Educação Inclusiva reivindica uma transformação da cultura escolar, criando condições para que os alunos público-alvo da educação especial (PAEE) tenham um aprendizado de qualidade. Entre as estratégias pedagógicas disponíveis, há o Planejamento Educacional Individualizado (PEI), que busca nortear condutas educativas visando um processo de ensino aprendizagem acessível que envolva alunos, professores, escola e família. O objetivo do trabalho foi compreender a acessibilidade curricular pela perspectiva desses profissionais nos campi dos IFs, por meio da avaliação destes de uma proposta de roteiro de PEI. A análise foi realizada através de questionário online, com questões de múltipla escolha. Os dados apontaram que os sujeitos consideraram relevante um roteiro de PEI minucioso e específico para todos os tipos de necessidades educacionais especiais, sendo preciso melhorar e aperfeiçoar o desenvolvimento de ferramentas que auxiliem no processo de ensino desses estudantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial; PEI; Acessibilidade Curricular; Planejamento Docente; Educação Profissional.

#### ABSTRACT

The Inclusive Education policy demands a transformation of school culture, creating conditions for the target public of special education students (PAEE) to provide quality learning. Among the pedagogical strategies available, there is the Individualized Educational Planning (IEP), which seeks to guide educational behaviors aiming at a more integrative, reflective, and customized teaching-learning process that involves students, teachers, schools, and families. This article analyzed the perception of professionals from Brazilian Federal Institutes (IFs) on specific items for the development of PAEE student planning, with the aim at curriculum accessibility. Qualitative analysis was performed using an online questionnaire containing multiple choice questions. The data showed that education professionals considered relevant the development of a detailed and specific IEP questionnaire for all types of special educational needs. Thus, improving and adapting developing tools which can assist the teaching-learning process of these students.

**KEYWORDS:** Special Education; PEI; Curriculum Accessibility; Teacher Planning; Professional education.

DOI: 10.21920/recei72022828907922  
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72022828907922>

<sup>1</sup>Especialista em Engenharia de Produção pela UFSCar. Pós-graduada em Gestão de Marketing e Vendas pela FGV. Graduada em Pedagogia pela FACON. E-mail: [marjoriekoto84@gmail.com](mailto:marjoriekoto84@gmail.com) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3570-3972>

<sup>2</sup>Doutora em Educação Especial pela UFSCar. Mestra em Educação pela UNESP. Graduada em Pedagogia pela UNESP. E-mail: [crios@ifsp.edu.br](mailto:crios@ifsp.edu.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6050-2369>

<sup>3</sup>Mestra e Doutoranda em Educação Especial pela UFSCar. Graduada em Pedagogia pela UFPI. E-mail: [jessicarodr.santos@gmail.com](mailto:jessicarodr.santos@gmail.com) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9837-901X>

## INTRODUÇÃO

Movimentos pautados nos princípios que norteiam os Direitos Humanos como a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e a Declaração de Icheon (2015), todas com participação direta da Organização das Nações Unidas - ONU, discutiram medidas em prol da universalização do acesso à educação de forma inclusiva e equitativa.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) pontuou que todo e qualquer aluno, independentemente de sua situação socioeconômica, política, racial, cultural e linguística, deve ser acolhido e acomodado em escolas comuns, cujo currículo deve ser adaptado para atender às necessidades de aprendizado do discente.

O avanço mundial do movimento social das pessoas com deficiência tem ganhado força. No Brasil, ocorreram transformações em favor da reestruturação e da criação de novas medidas frente às leis de proteção e de inclusão de pessoas com deficiência (PcD). Entre os documentos de maior relevância, destaca-se a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008), em que foi definido o público do qual tratará esse artigo, que foi denominado como estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Fazem parte do público atendido pela Educação Especial, definido pela política:

[...] pessoa com deficiência, aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, p. 15).

Em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 (BRASIL, 2015), que definiu como pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Tanto a LBI (2015) como a PNEEPEI (2008) e demais marcos legais que versam sobre a inclusão escolar asseguram aos estudantes PAEE, direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a acessibilidade em todos os contextos, inclusive o educacional.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é regulamentado pela Resolução nº4, de 2 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, e compôs as diretrizes para o atendimento na Educação Básica, estabelecendo que alunos com necessidades educacionais especiais frequentassem a educação regular. De acordo com o Art. 2º documento, “O AEE tem como função complementar ou suplementar, a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009, s/p).

Conforme Pletsch e Glat (2009), a política de Educação Especial demanda modificações na estrutura educacional tanto na reorganização do cotidiano como na ressignificação da cultura escolar, e isso significa oferecer condições para que os alunos PAEE tenham, em seu desenvolvimento e aprendizado, adaptação de currículo e das práticas pedagógicas escolares, levando em conta a diversidade e suas especificidades individuais (GLAT; PLETSCH, 2009).

Entre as possibilidades de serviços que a Educação Especial disponibiliza, este artigo trará a discussão sobre o Planejamento Educacional Individualizado (PEI). Dessa forma, busca-se a ideia da elaboração do PEI como uma das estratégias que irá indicar ações educativas para que se tenha um processo de ensino e aprendizagem mais integrativos e reflexivos e com um envolvimento escolar e social.

Antes de aprofundar o conceito específico de PEI, faz-se necessário enfatizar sobre a importância do planejamento docente nos ambientes educacionais. Para Vasconcellos (2000), o “Planejamento” consiste em um conjunto organizado de ações que busca alcançar determinado objetivo, afirmando também que é um processo contínuo de tomada de decisão constituído e inerente à prática pedagógica, e tem como finalidade ser um instrumento de transformação da realidade, auxiliando na prevenção e superação das dificuldades, além da racionalização de esforços, tempo e recursos (VASCONCELLOS, 2000).

Entende-se que o planejamento educacional é uma ferramenta-guia que auxilia o trabalho docente na busca de um processo de ensino e aprendizagem mais transformador, e que envolva estratégias, diretrizes e ações visando a um resultado educacional satisfatório que contribua no desenvolvimento de cada discente. Todavia, existem situações em que o planejamento docente por mais que possibilite diversas estratégias de ensino, não consegue por si só, atender a todas as demandas de aprendizagem do aluno PAEE, nessas situações Rodrigues-Santos *et al.* (2022, p. 17) afirmam que “nos casos em que, mesmo se fazendo uso das estratégias universais de ensino, o estudante PAEE ainda apresenta dificuldades para aprender o currículo padrão, esse estudante possivelmente será elegível para ter um PEI”.

Além do planejamento docente que deve ser realizado para todos os estudantes, este trabalho focaliza especificamente o PEI, entendido como um planejamento mais ajustado ao estudante PAEE, que deve ser elaborado quando o planejamento docente geral não for capaz de abranger todas as particularidades do estudante. Pletsch (2009) entende que o PEI traz uma nova forma de colaboração no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência, sendo deliberado como uma estratégia a fim de propiciar o desenvolvimento e a inserção social e laboral dos estudantes PAEE.

Para Tannús-Valadão (2014), o PEI é um documento de contexto individual que favorece a execução das práticas pedagógicas e, assim, orienta o caminho e oferece um suporte aos estudantes PAEE, pois, além de ser um documento que define metas e objetivos a curto, médio e longo prazo, também avalia, de forma criteriosa, as necessidades e capacidades do estudante, ou seja, é destacado como um planejamento pessoal que “visa melhorar o processo de ensino e aprendizagem do estudante pertencente ao PAEE” (TANNÚS-VALADÃO, 2014, p. 53-54).

Rodrigues-Santos (2020) pontua que a elaboração do PEI deve envolver pais, família, escola e outros profissionais de apoio a direcionar uma educação de qualidade, desenvolvendo ações pedagógicas que auxiliem no processo de aprendizagem, respeitando sua subjetividade e seu currículo formal, buscando assim, estratégias e um planejamento educacional que garantam um ensino de qualidade aos alunos PAEE.

Além disso, o PEI é considerado um importante instrumento para auxiliar nas práticas de professores de classe regular e do AEE, a partir do trabalho colaborativo entre ambos (CAMPOS; PLETSCH, 2014). Portanto, o PEI pode ser utilizado como um facilitador no processo de ensino e aprendizagem dos alunos PAEE, sendo um instrumento de extrema

importância na identificação de melhorias na educação desses discentes, através de uma ação conjunta entre os envolvidos na propagação da qualidade de vida e aprendizado do aluno.

Para Tannús-Valadão (2010) e Rodrigues-Santos (2020), a elaboração e acompanhamento do PEI envolvem sete etapas: avaliação para identificar a necessidade de elaboração PEI, reuniões para elaboração do documento e autorização para tal, implementação do plano de ação, avaliação e (re)avaliação do plano e elaboração do plano de transição (para estudantes a partir de 14 anos).

Pensar o planejamento sobre essa perspectiva em contextos que envolvem muitos profissionais e diferentes etapas de ensino, por exemplo, os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), vem sendo um desafio constante. Os IFs são instituições que atuam na educação pública no âmbito profissional e tecnológico, englobando os ensinos médio, técnico e superior no Brasil. Dentro dos IFs existe o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), composto por uma rede multidisciplinar, o núcleo tem a função de implementar as ações inclusivas nos campi dos IFs (ZERBATO; VILARONGA; SANTOS, 2021).

A atuação do NAPNE diverge de acordo com a demanda de cada campus nos IFs distribuídos em todo o país. Corroboram essa afirmação Souza, Vilaronga e Mendes (2020, p. 06) que afirmam que os núcleos “realizam diversas atividades, tais como: formação de servidores dos campi, atividades com os alunos, pesquisa, extensão, participação e elaboração de políticas, etc., e além disso, têm participação ativa na escolarização do aluno PAEE”.

O NAPNE, por meio de uma rede multidisciplinar composta por pedagogo, assistente social, psicólogo, técnico em assuntos educacionais, tradutor-intérprete de Libras, entre outros, busca contribuir com o planejamento para os alunos PAEE nos IFs. Franco e Vilaronga (2021, p. 17), pontuam que “o NAPNE vem realizando atividades de apoio aos estudantes e estratégias, pensando no planejamento para acessibilidade”.

Considerando a necessidade do planejamento e o contexto dos IFs, este estudo envolveu os seguintes questionamentos: A partir da perspectiva dos profissionais que atuam no NAPNE, quais adaptações e prioridades (itens) devem compor o roteiro do PEI para promover acessibilidade nos IFs? O objetivo geral foi compreender a acessibilidade curricular pela perspectiva desses profissionais nos campi dos IFs, por meio da avaliação destes de uma proposta de roteiro de PEI para o PAEE.

## METODOLOGIA

O presente estudo teve como norte reflexões advindas de um projeto maior intitulado “Escolarização do estudante com deficiência intelectual no contexto da educação profissional tecnológica”, cujo objetivo foi a compreensão das possibilidades e desafios de curso online para profissionais que atuam em prol da acessibilidade para estudantes com a deficiência intelectual no contexto da educação profissional tecnológica dos IFs. Além disso, o curso propôs-se a colaborar para a escolarização dos estudantes com DI, e, a partir dos dados obtidos e analisados, conhecer elementos significativos da escolarização, apoios, recursos e serviços para o público da Educação Especial na Rede Profissional Tecnológica.

O curso foi desenvolvido a distância, de forma on-line e abordou os seguintes temas: a) Apresentação dos participantes, contextualização das instituições, dos estudantes e dos serviços e recursos disponíveis para escolarização dos estudantes com DI; (b) Discussão sobre ingresso do aluno e avaliação biopsicossocial da Deficiência Intelectual; (c) Discussão sobre o PEI e apresentação de casos de ensino; (d) Acessibilidade curricular e estratégias de trabalho em sala

comum; (e) Certificação para o estudante com DI. A duração total do curso foi de 20 horas, subdividido em atividades semanais por 1 mês e 1 semana. O curso obteve 370 inscrições.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal de São Paulo, em 19 de outubro de 2021 com CAAE: 52040621.2.0000.5423. Esse curso de extensão contou com a participação de profissionais dos IFs, estudantes e família da comunidade escolar da Rede Profissional, Científica e Tecnológica.

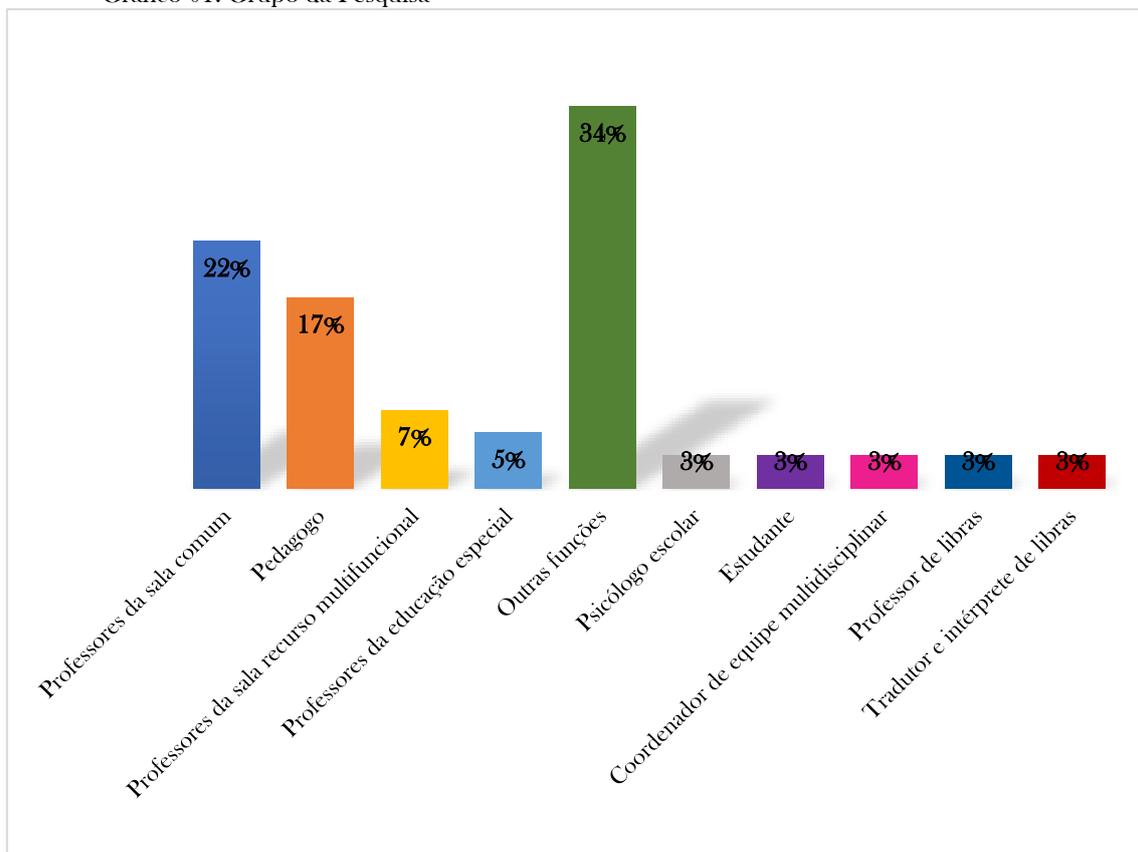
A partir dos dados obtidos pelo projeto maior, este trabalho buscou analisar as reflexões sobre dois tópicos específicos, sendo eles: c) Discussão sobre o PEI e apresentação de casos de ensino; e (d) Acessibilidade curricular e estratégias de trabalho em sala comum. Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho foram de natureza descritiva e os dados foram analisados com uma abordagem qualitativa. Os dados foram coletados entre o período de 19/10/2021 e 25/11/2021, através de questionários on-line pela plataforma *Google Forms* contendo 42 questões de múltipla escolha.

Entre as atividades propostas no curso para os profissionais dos IFs, havia a avaliação de um roteiro de Planejamento Educacional Individualizado (PEI) abordando o entendimento e a percepção desses profissionais acerca dos níveis de importância de itens específicos para o planejamento de estudantes PAEE. Entre as orientações repassadas aos cursistas consistia a de que o objetivo do roteiro de PEI proposto visava a assegurar aos estudantes PAEE da instituição subsidiar condições para acessibilidade curricular.

Os dados foram coletados por meio de dois instrumentos, o instrumento 1 foi uma ficha de caracterização dos participantes, utilizada para coletar informações dos participantes relacionadas formação e atuação profissional. Essa ficha foi aplicada após o primeiro contato com os sujeitos. O instrumento 2 foi um questionário composto por cinco alternativas para cada pergunta: a) Importante, b) Não necessário, c) Não sei opinar, d) Não se aplica e e) Indiferente. Este artigo apresenta os resultados referentes à etapa de planejamento docente deste roteiro.

Participaram do estudo profissionais dos IFs das cinco regiões brasileiras, um total de 39 sujeitos, sendo que 27% destes estavam nas regiões Centro Oeste, outros 27% na região Nordeste, seguidos de 24% na região Sudeste, 14% na região Norte e 8% na região Sul. Dentre o grupo, 22% eram professores da sala comum, 17% pedagogos, 7% professores da sala de recursos multifuncional e 5% professores de educação especial, e os 34% restantes enquadraram-se em outras funções, como demonstra o Gráfico 1 abaixo. Entre os entrevistados, havia um que se declarou surdo.

Gráfico 01: Grupo da Pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os benefícios de envolver no planejamento diversos sujeitos engajados no processo de escolarização dos estudantes não datam dos dias atuais, eles originaram-se desde a elaboração de um projeto político pedagógico participativo. Esse entendimento é pautado nas diretrizes curriculares da educação, mais especificamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, segundo eles:

O projeto educativo precisa ter dimensão de presente, a criança, o adolescente, o jovem vive momentos muito especiais de suas vidas; vivenciam tempos específicos da vida humana e não apenas tempos de espera ou de preparação para a vida adulta. Daí a importância de a equipe escolar procurar conhecer, tão profundamente quanto possível, quem são seus alunos, como vivem, o que pensam, sentem e fazem. Quando os alunos percebem que a escola atenta às suas necessidades, os seus problemas, as suas preocupações, desenvolvem autoconfiança e confiança nos outros, ampliando as possibilidades de um melhor desempenho escolar; isso vale também para os adultos que trabalham na escola ou que estão de alguma forma, envolvidos com ela: professores, funcionários, diretores e pais (BRASIL, 1997, p. 87).

Partimos desse princípio e estendemos esta discussão para refletir sobre a participação colaborativa de diversos autores na elaboração e reelaboração do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), correlacionando esse debate com reflexões acerca da acessibilidade curricular. Entende-se que o PEI pode contribuir como uma das estratégias para desenvolver condições de melhorias no acesso à educação dos alunos PAEE.

Um dos questionamentos contidos na pesquisa foi sobre a avaliação dos entrevistados perante a acessibilidade nas disciplinas de acordo com a realidade da instituição a que pertenciam e a acessibilidade para os estudantes público-alvo da educação especial (PAEE), que resultou com 83% dos entrevistados considerarem importante a identificação dos estudantes PAEE nos campus.

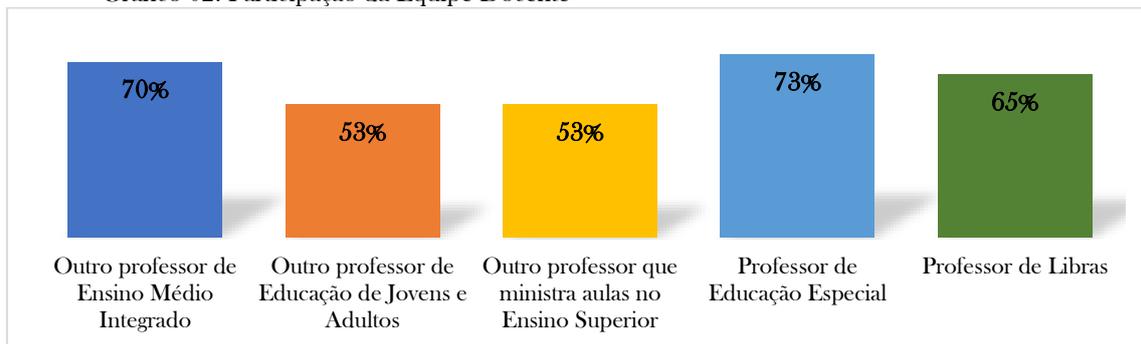
Em relação ao curso frequentado pelos estudantes PAEE, 75% dos entrevistados disseram ser importante saber o curso que esses discentes estão matriculados e 10% não souberam opinar em relação a esse tópico. Ao serem indagados sobre o quantitativo de estudantes PAEE por disciplina lecionada em cada turma, 37% dos entrevistados afirmaram que é importante considerar o número de alunos em sala de aula.

Os gráficos apresentados a seguir representam a importância da participação dos profissionais e familiares no processo de desenvolvimento de um PEI que auxilie no ensino aprendizagem do discente PAEE.

Ao serem questionados sobre a importância da participação de diversos sujeitos no processo de desenvolvimento de um plano que auxilie no ensino-aprendizagem do discente PAEE, mais de 50% dos entrevistados corroboraram o entendimento de que o planejamento deve ser participativo.

Com base nas respostas obtidas pelo preenchimento do questionário, acredita-se que os cursistas pensaram na inclusão dos estudantes PAEE no ensino médio integrado no momento em que responderam ao questionário. No que se refere especificamente aos docentes, foi apontada a relevância de envolver professores de diversas áreas, como demonstra o gráfico a seguir, todos os grupos de professores obtiveram mais de 50% de concordância que deveriam contribuir com o processo de elaboração do PEI.

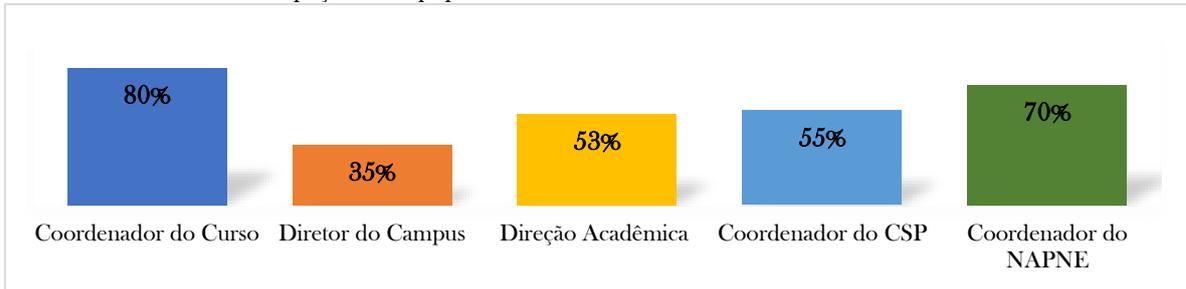
Gráfico 02: Participação da Equipe Docente



Fonte: Elaboração própria.

A participação de diversos agentes além dos professores de diversas áreas também foi pontuada, considerou importante a participação dos gestores, e demais membros da equipe multiprofissional. Observou-se que entre os membros da equipe da gestão, os coordenadores de cursos e o coordenador do NAPNE foram os que tiveram sua participação mais pontuada, como se observa no Gráfico 03.

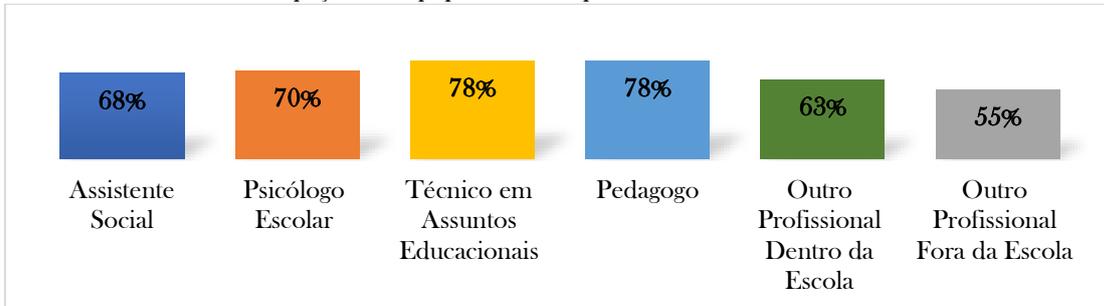
Gráfico 03: Participação da Equipe de Gestão



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que somente a participação do diretor do campus teve importância mensurada por menos de 50% dos entrevistados. Os dados mostraram ainda um equilíbrio no quesito de profissionais considerados importantes na elaboração e reelaboração do PEI, entre eles, destacaram-se os profissionais a seguir.

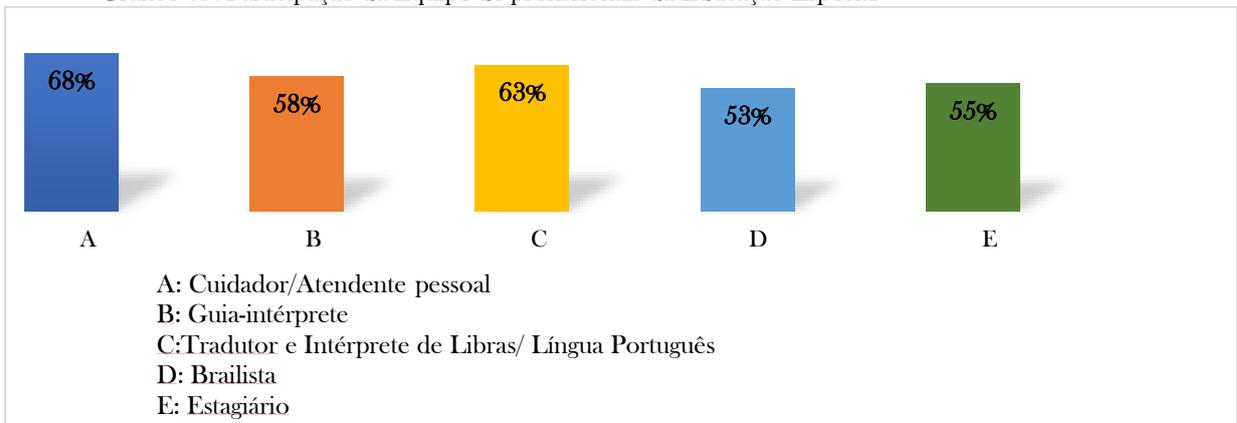
Gráfico 04: Participação da Equipe Multidisciplinar



Fonte: Elaboração própria.

Entre os membros da equipe multidisciplinar, os resultados apontaram maior destaque para quem habitualmente acompanha diretamente os estudantes PAEE, ou seja, os profissionais que atuam na equipe de educação especial da instituição.

Gráfico 05: Participação da Equipe de profissionais da Educação Especial



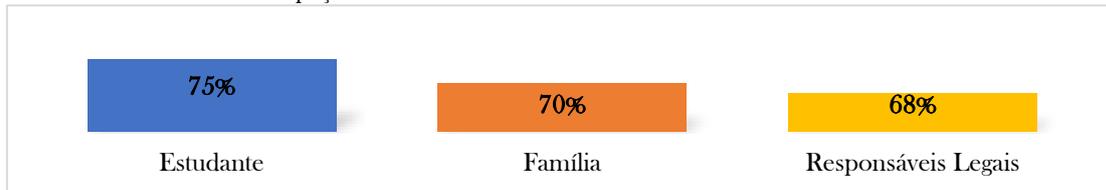
Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos demais membros da equipe multiprofissional, a porcentagem de importância em relação a outros profissionais na elaboração e reelaboração do PEI foi menor, como nos casos de Guia-intérprete (58%) e Brailista (53%). Acredita-se que o fato da importância da participação desses profissionais ter tido menor adesão, seja reflexo da baixa incidência com

a qual eles aparecem como profissionais pertencentes aos quadros dos IFs brasileiros, dado apontado por Rodrigues-Santos (2020).

Sobre o quesito participação de pessoas externas aos IFs, os respondentes foram favoráveis à participação do próprio estudante PAEE e de sua família no processo de elaboração do PEI, o dado demonstra indícios de uma mudança inicial na maneira como se enxerga o estudante PAEE, não mais como alguém passivo no processo, mas sim com um sujeito ativo e participativo nas tomadas de decisões a respeito do próprio processo de escolarização. Tal mudança pode ser reflexo de movimentos pautados no “Nada sobre nós, sem nós” que confrontam pensamentos capacitistas e dão visibilidade às pessoas com deficiência.

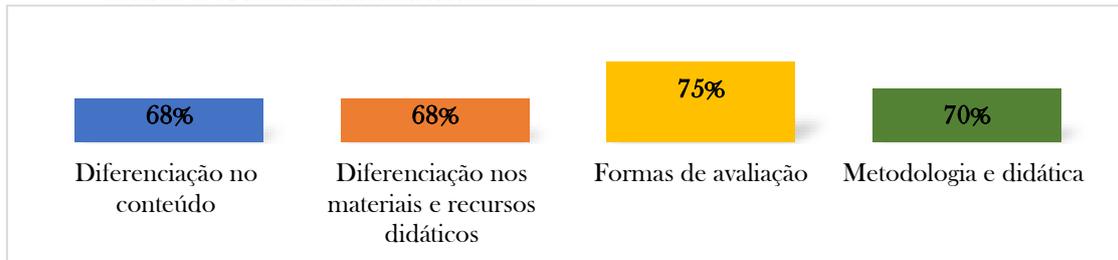
Gráfico 06: Participação de membros externos aos IFs



Fonte: Elaboração própria.

Visto que a inclusão escolar deve ser subsidiada por um conjunto de metodologias, recursos e conhecimentos (materiais, pedagógicos e humanos) para atender uma maior diversidade de alunos (GLAT; BLANCO, 2011), a pesquisa também abordou a importância de o docente desenvolver procedimentos diferenciados em sala de aula para que o aluno PAEE possa participar das atividades desenvolvidas. Os resultados mostraram que 80% dos entrevistados corroboraram a existência de algum procedimento diferenciado no roteiro. Dentro desse quesito de diferenciação de procedimentos, opinou-se como importante:

Gráfico 07: Procedimentos diferenciados



Fonte: Elaboração própria.

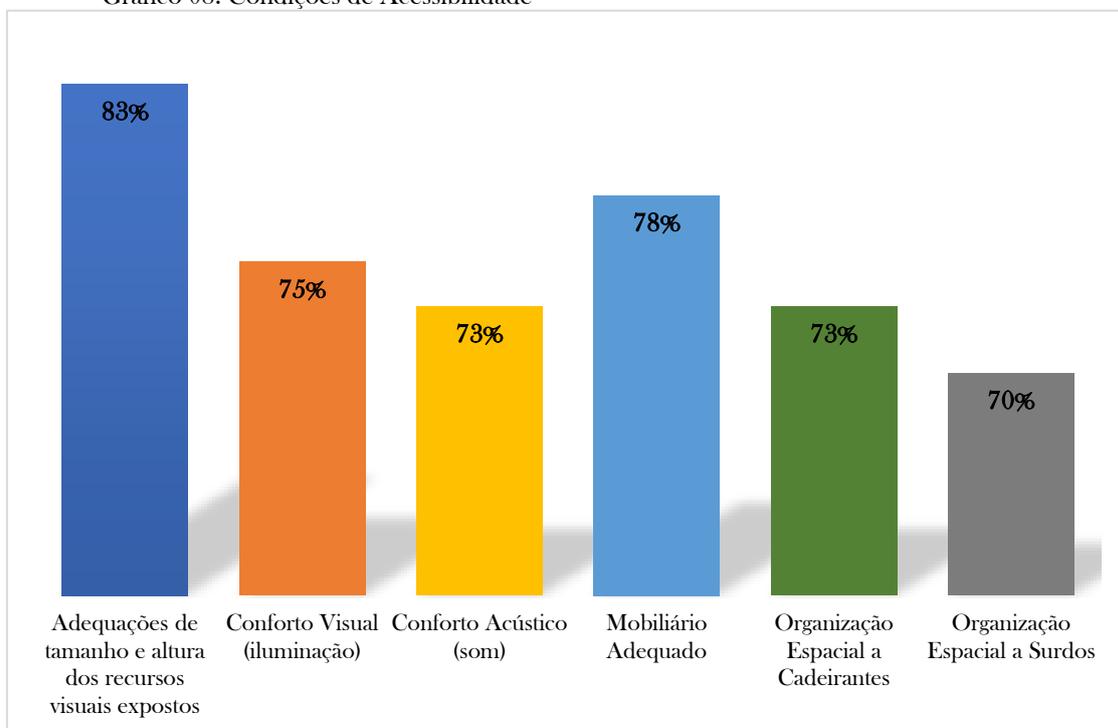
Corroborando Glat e Blanco (2011), os dados coletados demonstraram que o auxílio dos recursos humanos na adaptação do material utilizado em sala de aula é fundamental para o desenvolvimento de estratégias para o aluno PAEE. A pesquisa revelou que 78% dos participantes afirmaram ser importante estar previsto a utilização de material didático adaptado frequentemente para o discente PAEE.

No quesito adaptação de material já existente feita por um professor de sala comum, foi considerado mais importante para 73% dos participantes. Já o quesito adaptação de material realizada por um professor de educação especial foi relevante para 70%. Esse dado demonstrou que a relevância do trabalho de adaptação de material de ambos os professores (da sala comum e da educação especial) são equivalentes, tal dado dialoga com Mendes, Vilaronga e Zerbato

(2014) e com Capellini e Zerbato (2019) que apontam a importância do trabalho colaborativo entre os professores para o processo de inclusão do estudante PAEE.

As condições ambientais influenciam diretamente no comportamento do ser humano e, com isso, possibilitar um ambiente físico escolar programado e preparado para ofertar um ensino de qualidade influencia diretamente no processo de aprendizagem dos estudantes. Portanto, a escola como provedora educacional deve oferecer condições mínimas e adequadas para o aprendizado discente. Nesse caso, o conteúdo do questionário abordou perguntas sobre a importância das condições de acesso para o aprendizado estudantil, cujos resultados mostraram que para 83% dos entrevistados, as condições de acessibilidade do prédio da instituição e das salas de aula são quesitos relevantes na elaboração do PEI. Os itens que englobam as condições de acessibilidade foram considerados relevantes para mais de 70% dos entrevistados, conforme revela o Gráfico 8.

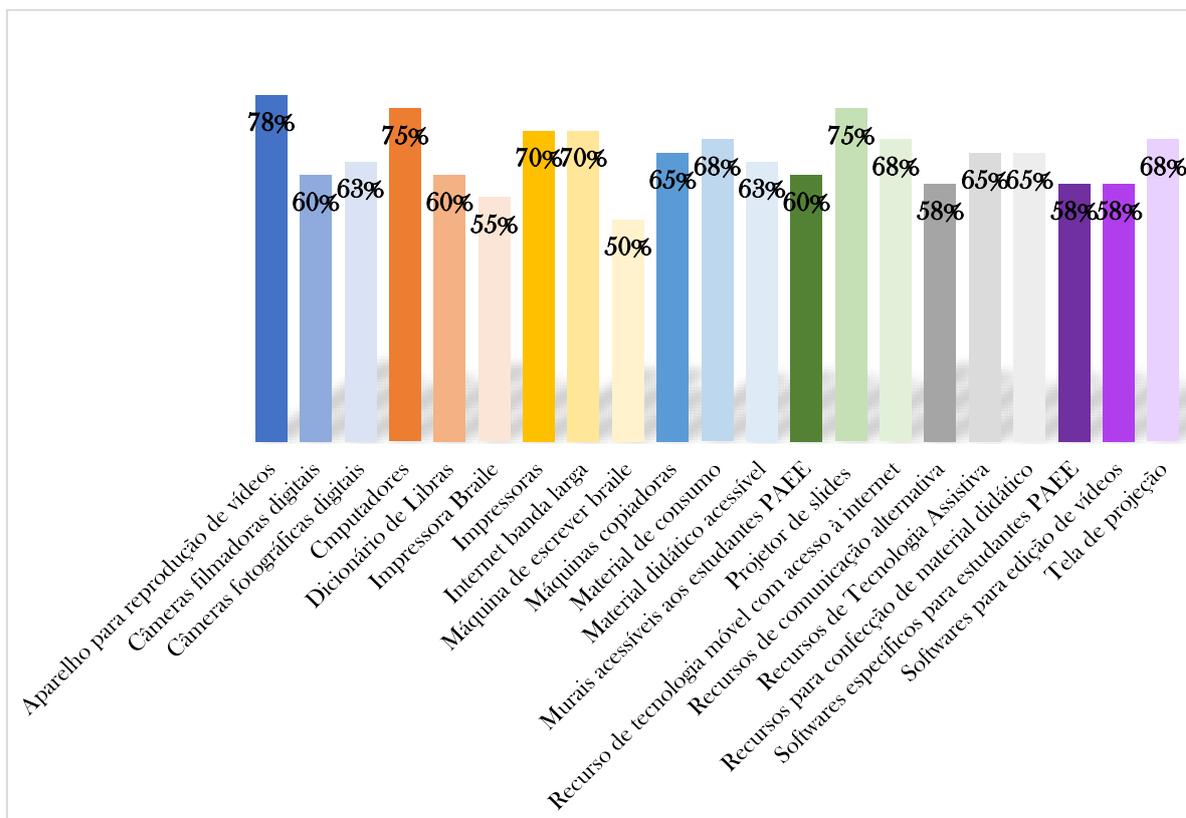
Gráfico 08: Condições de Acessibilidade



Fonte: Elaboração própria.

As questões sobre o uso da tecnologia como ferramenta para uma educação mais acessível revelaram que mais de 70% dos entrevistados consideraram importantes todas as ferramentas tecnológicas analisadas. O Gráfico 09 apresenta o grau de importância de cada uma de forma detalhada.

Gráfico 09: Ferramentas Tecnológicas



Fonte: Elaboração própria.

Não menos importante, mas que ficaram abaixo de 70% de acordo com a pesquisa, foram os itens como internet móvel, câmeras filmadoras e fotográficas digitais, dicionário de libras, impressora e máquina de escrever braille, máquinas copiadoras, material de consumo, murais acessíveis, recursos de tecnologia assistiva, recursos de comunicação alternativa, recursos para confecção de material didático, softwares específicos e telas de projeção.

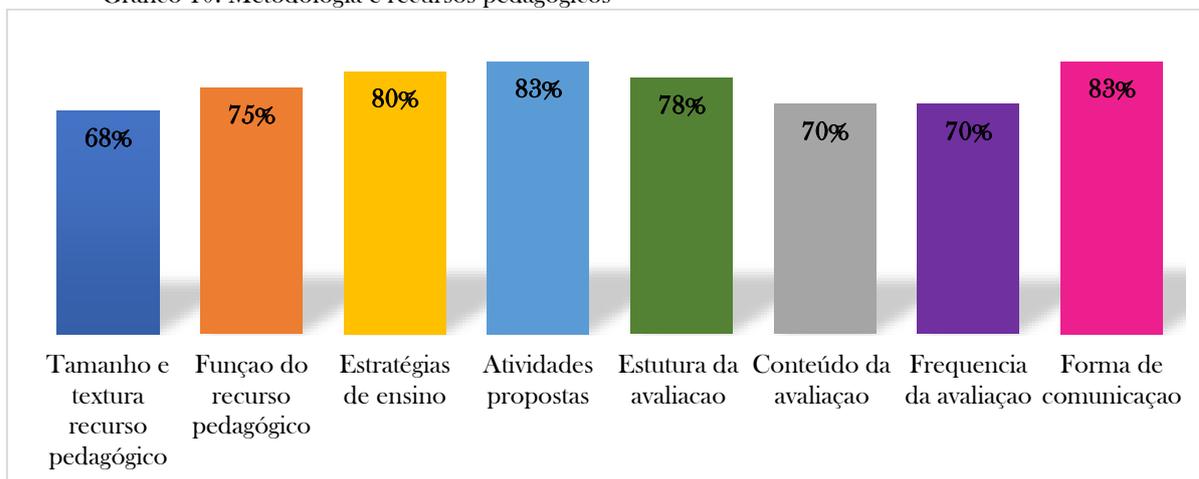
Esses resultados demonstraram que o uso das tecnologias no planejamento e execução em sala de aula, podem proporcionar um ambiente transformador de aprendizagem. Sobre as tecnologias (FERREIRA, 2014, p. 15) pontua:

[...] essas novas tecnologias trouxeram grande impacto sobre a Educação, criando novas formas de aprendizado, disseminação do conhecimento e especialmente, novas relações entre professor e aluno. Existe hoje grande preocupação com a melhoria da escola, expressa, sobretudo, nos resultados de aprendizagem dos seus alunos. Estar informado é um dos fatores primordiais nesse contexto. Assim sendo, as escolas não podem permanecer alheias ao processo de desenvolvimento tecnológico ou à pena de perder-se em meio a todo este processo de reestruturação educacional.

Na previsão ou modificação da prática pedagógica docente para trabalhar com estudante PAEE, 75% dos entrevistados afirmaram a importância de haver mudanças na forma como o ensino é planejado, e que essas mudanças são necessárias e, ao serem realizadas, poderão contribuir para que ocorra a escolarização do estudante PAEE.

Nesse sentido, indagou-se sobre a metodologia do docente e sobre possíveis mudanças na forma com que os recursos pedagógicos são trabalhados junto aos estudantes PAEE. Obteve-se representação de 78% dos participantes considerando importante as alterações. Mensura-se item a item desse quesito a seguir.

Gráfico 10: Metodologia e recursos pedagógicos



Fonte: Elaboração própria.

Sobre as diversificações no método de ensino que podem ser realizadas para garantir a acessibilidade curricular de estudantes PAEE, em especial, de estudantes com Deficiência Intelectual (DI) e na utilização de recursos com esse público, Mendes, Tannús-Valadão e Milanesi (2016, p. 64) enfatizam que:

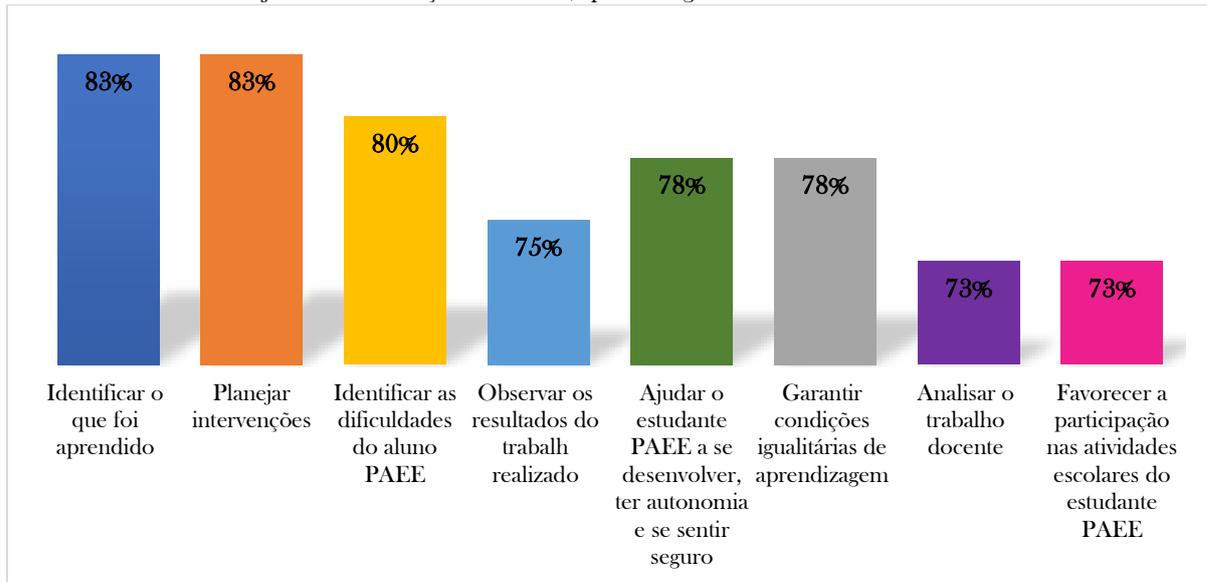
Considerando o conjunto dos alunos com DI, a literatura indica que o “especial” do ensino que eles precisam abrange desde pequenas modificações em aspectos do ensino comum, até grandes modificações, uma vez que as necessidades educacionais especiais desta clientela são muito diversificadas. Estes recursos podem envolver o ambiente de aprendizagem, recursos humanos qualificados, abordagens pedagógicas diferenciadas, procedimentos de ensino diversificados, e adequações ou modificações curriculares que especifiquem o que ensinar e em que sequência, e como organizar os objetivos em níveis e serviços educacionais. A quantidade e qualidade de recursos variam, dependendo das necessidades do educando e das possibilidades oferecidas pelo sistema educacional.

O roteiro também propôs reflexões sobre a interação e a participação dos estudantes PAEE dentro e fora da classe comum. Os dados apontaram resultados satisfatórios em relação a questões de interação entre os estudantes. De acordo com o resultado da pesquisa, 78% dos entrevistados consideram relevante conter questões sobre a participação desses alunos em atividades em grupo e a sua interação com outros adolescentes e adultos. Em número menor, 73% dos entrevistados disseram ser importante perguntar se existem colegas que cooperam nas atividades em sala e em estratégias de tutoria de pares e essa mesma quantia em relação à socialização do estudante PAEE no horário de intervalo da aula. Para 68% dos entrevistados, é

importante perguntar sobre a participação desse discente em eventos extrassala em horário de aula como projetos, passeios e festas.

Outro ponto analisado que merece destaque faz referência à avaliação. Diante de alguns itens pontuados no roteiro sobre a avaliação do ensino-aprendizagem do estudante PAEE, para mais de 80% dos entrevistados, é importante identificar quais serão/são os objetivos na avaliação do ensino/aprendizagem desse estudante PAEE nas disciplinas, especificamente os apresentados a seguir:

Gráfico 11: Objetivos na avaliação de ensino/aprendizagem dos estudantes PAEE



Fonte: Elaboração própria.

Implementar as reflexões sobre o processo de avaliação é, de maneira geral, uma prática ainda desafiante para os docentes, embora muito se discuta sobre a temática. Na prática, pesquisas apontam a premência da exclusividade da avaliação conteudista padrão. No contexto da educação inclusiva, o desafio ainda consiste em deslocar o olhar sobre tão somente a avaliação do desenvolvimento acadêmico e pensá-la como um mecanismo de orientação para a prática docente. Anache e Resende (2016, p. 576) pontuam que:

a avaliação da aprendizagem caracteriza-se como processo contínuo e interventivo, possibilitando identificar o que o aluno é capaz de realizar em sala de aula e fora dela, com ou sem apoios necessários para o enfrentamento e superação das dificuldades escolares. Para esse fim, é preciso valorizar as criações dos alunos diante dos desafios que depreendem das atividades de ensino, considerando os modos singulares de expressão do que se aprendeu, subsidiando a construção de outras/novas propostas educacionais que permitam o desenvolvimento do estudante.

Considerando os dados analisados neste estudo, evidencia-se a preferência dos entrevistados para a formulação de questionário PEI com conteúdo extenso, completo, analítico e detalhado. A formulação de um PEI com dados mais específicos e com riqueza de detalhes, auxilia no enriquecimento do planejamento docente. Além disso, com um questionário mais minucioso, é possível enfatizar as especificidades e particularidades do aluno em relação aos

demais discentes em sala de aula e, conseqüentemente, poder identificar possíveis demandas reprimidas que poderiam estar escondidas com o uso de um questionário mais generalizado.

O fato de ter um questionário completo também pode auxiliar na promoção do interesse discente em participar na sua elaboração visando ao bem-estar coletivo. Conseqüentemente, o aluno acaba sendo mais participativo na coleta das informações, tornando-se personagem ativo nessa confecção. Fica evidente também que a participação da família nas respostas ao questionário é um fator significativo para a elaboração do planejamento docente, devido à proximidade social e o vínculo afetivo que possuem com o discente, na maioria, menores de idade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir no estudo que é importante a realização de um roteiro de PEI com o desenvolvimento de ações que atendam às particularidades de cada aluno, além das adaptações curriculares educacionais que devem ser realizadas, em busca de uma educação de qualidade para todos os alunos PAEE.

Nesse sentido, adaptar, diferenciar, flexibilizar e individualizar no desenvolvimento de ações que favorecem a elaboração de PEI é de suma importância para que se construa e direcione-se ações educativas que evidenciem e transformem as relações de ensino-aprendizagem. Favorece, ainda, para a construção de um currículo que una todos os envolvidos no processo educativo, contribuindo positivamente com a individualidade e com a especificidade do aluno PAEE.

Dada a relevância do assunto, torna-se necessário ampliar o estudo acerca das variadas questões que envolvem o processo de planejamento educacional individual e acessibilidade curricular. O processo de previsão e decisão dos quesitos presentes no formulário PEI deve ser visto e contextualizado de forma reflexiva e flexível, para que possibilite mudanças e revisões quando necessárias. Deve ser, ainda, direcionado para uma construção coletiva que integre as particularidades e especificidades do aluno com a escola, a família e a sociedade, baseando-se em uma educação transformadora.

Ainda existe um caminho a ser percorrido, pois as dificuldades e desafios continuam sendo grandes diante da busca por uma educação mais acessível, humana e igualitária, principalmente em relação aos serviços, recursos humanos e materiais. Este estudo tentou levantar o máximo de questões possíveis a serem abordadas em trabalhos posteriores como forma de incentivo ao estudo e à pesquisa sobre acessibilidade curricular no planejamento docente.

## REFERÊNCIAS

ANACHE, Alexandra Ayache; RESENDE, Dannielly Araújo Rosado. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21 n. 66, jul.-set, p. 569-591, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YpfntDqmH7QgrHZKRZDYBsP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 05 set. 2022.

CAMPOS, Érica Costa Vliese Zichtl.; PLETSCHE, Márcia Denise. Escolarização do aluno com deficiência intelectual: dialogando com o currículo e o plano educacional individualizado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6. e ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 9. Anais... UFSCAR/ABPEE, São Carlos, 2014.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é ensino colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.

FERREIRA, Maria José Moraes Abrantes. **Novas tecnologias na sala de aula**. 2014. 121 páginas. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares). Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

FRANCO, Ana Beatriz Momesso; VILARONGA, Carla Ariela Rios. O Contexto da inclusão escolar nos institutos federais e no ensino médio integrado. **Revista Cocar**, v.15, p.1 - 21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4420>. Acesso em: 01 jul. 2022.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana; (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EduFSCar, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves; TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MILANESI, Josiane Beltrame. Atendimento educacional especializado para estudante com deficiência intelectual: os diferentes discursos dos professores especializados sobre o que e como ensinar. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 45-67, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817352016045>. Acesso em: 08 set. 2022.

PLETSCHE, Márcia Denise; GLAT, Rosana; Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; (Orgs.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro/RJ: EDUERJ, 2013, v. 1, p. 17-32.

RODRIGUES-SANTOS, Jéssica.; PICCOLO, Gustavo Martins; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Planejamento Educacional Individualizado I: elaboração e avaliação**. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022. Disponível em: <https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/colecoes/segunda-licenciatura-em-educacao-especial/pei-i.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

SANTOS, Jessica Rodrigues. **Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais Brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13112>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SONZA, Andréa Poletto; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Os NAPNEs e o Plano Educacional Individualizado nos Institutos Federais de Educação. **Revista Educação Especial**, v. 33, p.1-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X52842>. Acesso em: 02 abr. 2022.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela. **Planejamento educacional individualizado em Educação Especial: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3070?show=full>. Acesso em: 02 abr. 2022.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. Libertad-1. 7. ed. São Paulo, 2000.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jessica Rodrigues. Atendimento educacional especializado nos institutos federais: Reflexões sobre a atuação do professor de Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/nccRhD3yhzFM8HwjGjvYCdv/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

**Submetido em:** setembro de 2022

**Aprovado em:** dezembro de 2022